
A MULHER NA SOCIEDADE E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Women in Society and in Information Science

Henriette Ferreira Gomes (1)

(1) Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil, henriettefgomes@gmail.com



Resumo

Trata das contribuições das mulheres na sociedade e na Ciência da Informação, a partir das abordagens da literatura da área e de outras áreas afins, considerando que a discussão e tomada de consciência dessa questão social é urgente. Colaborar com este debate relevante foi o objetivo da elaboração deste texto, como registro da palestra realizada em 2022 no VI Fórum de Discentes e Egressos do PPGCI (FDECIN). Aborda lutas históricas das mulheres; as contribuições de algumas das mulheres referenciais da Ciência da Informação e as lutas e os desafios postos às mulheres na sociedade contemporânea e no campo científico da Ciência da Informação. Destaca os direitos sociais historicamente negados, como o acesso à educação e o exercício do voto, que foram objeto de resistência e luta para a conquista do respeito à condição da mulher de sujeito social e, portanto, sujeito de direitos. Em síntese o texto busca demonstrar que as lutas das mulheres são históricas, perpassando os séculos e os campos científicos, e que todas essas lutas representam a resistência resiliente às barreiras que visam conter as mudanças sociais revolucionárias em favor da inclusão social.

Palavras-chave: Mulheres – lutas históricas; Mulheres – Sociedade. Mulheres - Ciência da informação; Mulheres - Ciência da Informação - Brasil.

Abstract

It deals with the contributions of women in Society and in Information Science, based on the approaches of the literature in the area and other related areas, considering that the discussion and awareness of this social issue is urgente. Collaborating with this relevant debate was the objective of preparing this text, as a record of the lecture held in 2022 at the VI PPGCI Students and Graduates Forum (FDECIN). Addresses women's historical struggles; the contributions of some of the leading women in Information Science and the struggles and challenges posed to women in contemporary society and in the scientific field of Information Science. It highlights historically denied social rights, such as access to education and voting, which were the object of resistance and struggle to gain respect for women as social subjects and, therefore, as subjects of rights. In summary, the text seeks to demonstrate that women's struggles are historical,

spanning centuries and scientific fields, and that all these struggles represent resilient resistance against barriers that aim to contain revolutionary social changes in favor of social inclusion.

Keywords: Women – historical struggles; Women – Society; Women - Information Science; Women – Information Science – Brazil.

1 Introdução

Na atualidade, a discussão sobre as mulheres na sociedade e na Ciência da Informação é uma questão urgente, tanto pelo entendimento de que a contribuição delas reforça a luta contra a exclusão social, quanto pelo reconhecimento de que o processo de apagamento e silenciamento das vozes das maiorias subalternizadas, entre as quais estão as próprias vozes femininas, precisa ser interrompido.

Historicamente as mulheres têm resistido e lutado, nas mais diferentes sociedades, pela conquista do respeito a sua condição de sujeito de direitos. Dentre suas resistências, situa-se a luta pelo direito à educação, que se configurou uma reivindicação fundamental por igualdade e equidade de oportunidades e participação nos mais diversos âmbitos sociais.

Tais lutas são históricas e perpassaram séculos, mantendo-se até o nosso tempo. Quando atentamente analisadas, revelam conquistas que refletem avanços marcantes, mas também evidenciam a persistência de *deficits* decorrentes das barreiras que têm sido impostas, no sentido de conter mudanças revolucionárias em todas as camadas e esferas sociais.

No debruçar sobre essas barreiras, observa-se que a discriminação contra as mulheres e o cerceamento de seus direitos cidadãos sempre enfrentaram o embate das contradições que escancaram ao mesmo tempo, a tentativa histórica de manter a subalternização feminina e o processo de resistência das mulheres, este último com a potência de quebrar o círculo de silenciamento das suas vozes e o apagamento da força interveniente das mulheres na construção do social.

Com consciência da importância de se discutir essa problemática no universo científico da Ciência da Informação, a Comissão Organizadora do *VI Fórum de Discentes e Egressos do PPGCI (FDECIN)*, evento organizado no âmbito dos discentes do *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)*, nos

fez o convite da para ministrar em outubro de 2022 a palestra que recebeu o título deste artigo. A palestra tomou como referência estudos dispostos na literatura da área e de áreas afins que abordam as questões de gênero, referencial que foi alargado na produção deste texto.

Dessa intervenção dialógica se conformou as quatro dimensões do presente artigo, apresentadas nas seções subsequentes à esta introdução, para tratar de alguns aspectos que se considera marcantes das lutas históricas das mulheres; das contribuições de algumas mulheres referenciais da Ciência da Informação e sobre as lutas e os desafios postos na sociedade contemporânea.

2 As mulheres e suas lutas históricas

Ao tratar da participação das mulheres na sociedade e na Ciência da Informação, deve-se inicialmente pontuar que essa abordagem focaliza a questão de gênero, compreendendo que, conforme Scott (1995), gênero caracteriza-se como uma categoria pautada nas percepções quanto às diferenças entre os sexos, sendo estruturante das relações de poder na sociedade.

Em períodos de maior domínio de perspectivas obscurantistas e segregacionistas, as sociedades patriarcais, mercantilistas, imperiais e capitalistas impuseram a condição de subalternização às mulheres, disseminando uma concepção de que estas têm características que evidenciam diferenças que as posicionam em patamar de competências inferiores às dos homens. As teses defendidas nesse sentido consistem em elementos sociológicos e culturais de cunho ideológico, que sedimentaram a subjugação secular do papel social das mulheres, impedindo-as de acessar a educação formal, do agir de ordem política e de atuações sociais determinantes.

Mesmo os saberes históricos, produzidos por mulheres no extramuros da educação formal, carregados de simbologias tradutoras das competências femininas produzidas nas experiências ancestrais de resistência às adversidades impostas pelas sociedades opressoras, foram censurados e tomados como objeto de retaliações severas. Durante muito tempo os saberes produzidos e compartilhados pelas mulheres foram objetos de interdições, discriminações e violências, a exemplo do ocorrido entre os Séculos XV e XVII sob a ordem do movimento de Caça às Bruxas. (Tosi, 2012).

Esse movimento se voltou incisivamente contra mulheres consideradas detentoras de saberes ancestrais, que foram perseguidas, demonizadas e queimadas vivas. Mas ao lembrar esse contexto histórico, é preciso analisar que tal movimento se deu no contexto geopolítico de consolidação dos estados modernos, de estruturação e consolidação do sistema capitalista e da chamada revolução científica. Uma análise nessa perspectiva desvela o caráter ideológico da opressão contra as mulheres e o papel dessa subalternização na edificação de uma estrutura social excludente.

Para se estabelecer, o sistema capitalista protagonizou o enraizamento do patriarcado, do racismo, da subalternização da maioria da população, da desvalorização e do apagamento das heranças culturais, geradas em contextos sócio-históricos dissonantes dos interesses das classes dominantes, já que a manutenção dessas culturas colocaria em risco a base ideológica necessária à estruturação e manutenção da sociedade capitalista.

O enraizamento da lógica da exploração e subalternização das maiorias sociais (com forte presença da mulher) teceu um plano ideológico que se consolidou hegemônico, no qual o feminino foi associado à fraqueza física, intelectual e moral, impondo-se às mulheres um lugar de silenciamento e anulação social, afastando-as do acesso ao conhecimento e à cultura letrada. (Bandeira, 2008; Tosi, 2012). Contudo, nessa travessia e em todas as partes do mundo, as mulheres protagonizaram ações de resistência, tanto nas esferas individuais quanto coletivas.

Do final do Século XVII até o início do Séc. XIX, o Iluminismo contribuiu para a substituição do movimento de caça às bruxas por outro movimento de constrição da vida social da mulher, cuja violência adquiriu um caráter mais simbólico, circunscrevendo sua atuação aos cuidados maternos, familiares, com doentes e idosos. (Tosi, 2012).

Até o final do Século XVIII, a maioria das mulheres esteve confinada aos ambientes familiares. Mas, no início do Século XIX a luta feminista inaugura um patamar de resistência que leva à conquista de direitos essenciais como o direito ao letramento, que as habilitou ao domínio da leitura e escrita. A luta por esses direitos pautou-se na compreensão de que somente pela via da educação as mulheres poderiam acessar o espaço público e nele atuar. Como afirma Duarte (2009), foi pela tomada de posição das próprias mulheres que, por meio da organização de lutas

conscientes, elas puderam se impor como sujeitos sociais capazes de atuação no espaço público, conquistando representações na sociedade.

A partir do Século XIX as mulheres seguiram obtendo conquistas derivadas da sua organização e resistência política, ampliando seus espaços de atuação na esfera pública, conquistando maior visibilidade e aceitação à sua condição de sujeito da ação social. Mas esses avanços beneficiaram mais intensamente as mulheres vinculadas às elites econômicas, políticas e culturais, em razão de que estas foram privilegiadas pela maior possibilidade de acesso à educação formal. Ainda assim, essa inserção se restringiu às atividades ligadas aos processos de escolarização, de mediação da leitura, de cuidados com enfermos, crianças e idosos, e, em certa medida, também associados à guarda e conservação dos objetos de cultura. Na estruturação da sociedade capitalista, tais tarefas eram secundárias e não deveriam ocupar os homens, aos quais caberiam ações de dominação. Tais fatos históricos permitem inferir que essa mudança limitada parece representar o momento embrionário de ligação das mulheres ao trabalho com a informação, a cultura e a educação.

Essa inferência sugere ainda que, provavelmente, a concepção então vigente de subvalorização dessas atividades destinadas às mulheres deve ter sido a base de tecitura da percepção coletiva dessas áreas de atuação como socialmente secundárias. Esse movimento foi consolidando o engendramento da ideologia capitalista na estrutura social que, para privilegiar poucos em detrimento das maiorias, estabelece um *ethos* orientado por princípios e critérios seletivos, meritocráticos e excludentes, sempre estabelecidos pelos interesses do capital.

No entanto, a resistência das mulheres operou transformações nessa formulação ideológica. Elas acolheram esse espaço social que lhes fora reservado, construíram experiências relacionadas ao cuidar e, mesmo sob a força do silenciamento que as oprimia, atuaram na transformação das percepções sociais quanto ao poder da educação e da cultura.

Por outro lado, essas restrições seguiram sempre intensas e sem alterações em relação às mulheres negras e de etnias subalternizadas, repercutindo sobre suas experiências de resistência e de conquistas. Ao abordar as condições sociais das mulheres pretas, Ribeiro (2017) argumenta que a localização social dessas mulheres faz com que elas experimentem de modo distinto, até mesmo as questões relacionadas ao gênero. Em consequência, seguiram sendo impressas marcas nas

percepções das mulheres pretas quanto à sua condição de vida e à sociedade na qual estão inseridas, tornando suas concepções de mundo distintas daquelas produzidas pelas mulheres brancas, produzindo interferências em suas lutas e conquistas. Para essa autora, quando as mulheres pretas são interdidas do acesso à educação, aos espaços de comunicação e de exercício da política, ficam impedidas do livre pensar, do pensamento crítico, de construção e fortalecimento do seu espaço identitário e do seu espaço de voz.

De qualquer modo, pode-se admitir que as mulheres de todas as etnias sofreram e sofrem restrições quanto à sua localização social, vetando-se a todas elas, mesmo que de modo mais intenso às mulheres pretas, a expansão da sua participação na esfera pública.

Mesmo no âmbito das gradações delimitadas por essas diferenças, as mulheres seguiram ampliando as ações de resistência, o que tem gerado resultados que vêm proporcionando a elas um campo de experimentação de lutas e vivências coletivas, construtoras de oportunidades de constituição do seu protagonismo social, compreendido na perspectiva defendida por Perrotti (2017), Gomes (2017, 2019a, 2019b, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b), assim como por Gomes e Cortês (2020).

A experiência de construção da luta coletiva tem sido transformadora, em especial porque através dela as mulheres têm alcançado melhores condições de ampliar sua localização social, em uma perspectiva mais promissora de expansão da sua inclusão e das suas oportunidades de ação na sociedade. Esse espectro de experiências de resistência, de construção de uma consciência social e política, e de conquistas que seguem imprimindo novas conformações da localização social das mulheres também pode ser observado na trajetória histórica delas no campo da Ciência da Informação.

3 Contribuições da mulher na Ciência da Informação

No campo da Ciência da Informação é possível destacar profissionais e pesquisadoras que, mesmo “apagadas” no âmbito de disputas acadêmicas e científicas em seus respectivos tempos históricos, marcaram o processo de construção de uma compreensão mais profunda e promissora do fenômeno informação e das atividades dirigidas ao seu acesso, uso e apropriação.

Na impossibilidade de falar de todas elas, destaca-se algumas cujas contribuições podem ser consideradas como uma representação da produção feminina no nosso campo científico. Muitas são as mulheres que atuaram e atuam no âmbito profissional e nas esferas relacionadas à formação e à pesquisa no campo da Ciência da Informação, assim como nas especialidades que trabalham com informação como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Contudo, diante das restrições editoriais quanto à extensão física deste artigo, destaca-se apenas uma parte dessas valorosas mulheres. Em nome delas, se reverencia a todas que têm cumprido papel de relevância na história da área.

Para tanto, optou-se pela adoção dos métodos bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica, realizada em 2022, permitiu selecionar textos, sem um recorte temporal específico, mas que focalizam as contribuições teóricas e profissionais de mulheres de relevo no campo, tendo sido adicionados também textos que abordam essas contribuições no âmbito brasileiro, relatando e analisando a história da área ou fatos históricos marcantes do seu desenvolvimento no País. Neste sentido, a análise foi pautada na identificação das contribuições dentro do próprio tempo histórico de cada uma delas, o que permitiu encadear uma apresentação/discussão independente do país de origem, na tentativa de evidenciar as múltiplas interveniências das problemáticas enfrentadas nos respectivos contextos históricos e geopolíticos como fatores de impulsionamento dessas contribuições que, de algum modo, se interligam na missão de fazer avançar nosso campo científico.

Para análise e apresentação do grupo brasileiro, associou-se o método documental que possibilitou a realização de leituras cruzadas a partir da consulta a informações disponíveis em *sites* institucionais relevantes como os da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)*, da *Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN)*, do *Conselho Federal de Bibliotaconomia (CFB)* e da *Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)*.

No que diz respeito aos destaques pontuais de outras mulheres mais ao final desta seção e na seção 4, que tiveram como objetivo demarcar, de algum modo, o processo contínuo das contribuições femininas que seguem crescendo na contemporaneidade. No caso brasileiro foram realizadas breves consultas a *Plataforma Lattes*, apenas para exame confirmatório de informações,

sem de lá extrair referências para leitura e menção de suas produções científicas, evitando a expansão do volume de páginas desta comunicação. A intencionalidade majoritária desta etapa foi a de não deixar de mencionar mulheres que têm colaborado com atuações que articulam o exercício profissional, o exercício da docência, da pesquisa científica, a constituição e/ou gestão significativa de instituições de ensino e pesquisa, a gestão de entidades representativas do campo, ou então a representação da área junto às agências de fomento. A motivação foi a de selecionar um grupo de mulheres que permitisse sublinhar a força científica e gestora do *corpus* feminino do campo, em caráter de homenagem e também de representação de todas as demais que, embora não tenham sido diretamente abordadas neste artigo, marcaram e seguem marcando o desenvolvimento e o fortalecimento da Ciência da Informação no Brasil.

Assim, partindo agora para as apresentações dessas mulheres relevantes da Ciência da Informação, destaca-se inicialmente *Louise Noëlle Malclès; Suzanne Briet, Margaret Mann, Margaret Egan, Lenyra Fraccaroli, Denise Tavares, Lydia Sambaquy, Jannice Monte-Mór, Laura Russo, Célia Zaher, Ingetraut Dahlberg, Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, Neusa Dias de Macedo, Nice Menezes de Figueiredo e Hagar Espanha Gomes.*

Louise Noëlle Malclès foi uma bibliotecária francesa que, entre o final do Século XIX e o início do Século XX, se dedicou ao estudo do papel da bibliografia, tendo sido uma das pioneiras na defesa desta como a primeira experiência de organização e representação da informação. Por sua vez, *Suzanne Briet*, outra bibliotecária francesa que, nesse mesmo período, aprofundou as reflexões em torno do objeto documento ampliando sua conceituação, também traçou um histórico da evolução das “casas de cultura”, que hoje denominamos dispositivos de mediação cultural e informacional, contribuindo assim com a formulação de uma nova perspectiva conceitual em torno desses ambientes.

No Século XX, a partir de 1950, no período posterior à *Segunda Guerra Mundial*, a sociedade ocidental foi marcada pelo grande e acelerado avanço científico, tecnológico e de fortalecimento do sistema capitalista, contexto no qual a informação passou a ser compreendida como elemento fundamental no cenário da competição entre as nações pelo poder hegemônico no mundo.

Nessa ambiência inicia-se a formulação de uma nova percepção quanto ao fenômeno informação, assinalando sua importância tanto para o desenvolvimento científico e tecnológico, quanto para a consolidação do poder daqueles que a produzem e controlam. Desse modo, adentrou-se em um período histórico no qual a informação passou a ser considerada essencial, sendo introduzida nos planos imperialistas como um elemento a ser articulado às estratégias e táticas favoráveis ao exercício do poder.

Para aceitação e penetração dessa percepção em um plano ideológico, em condições de consolidar a naturalização do reconhecimento da informação como elemento de poder, foi estabelecida a estratégia de construção da chamada “sociedade da informação”, relacionando-a a um ideário, no mínimo questionável, de socialização do conhecimento e das condições de produção e circulação das informações.

Nesse processo histórico do Século XX foram construídas frentes de desenvolvimento da infraestrutura de armazenamento, recuperação e circulação da informação, onde pesquisadores/as atuaram nos marcos da institucionalização da Ciência da Informação. Ao se analisar as abordagens registradas na literatura da área, observa-se que, de modo subliminar, parte significativa dos relatos e das narrativas acerca dos episódios que marcam esse período importante da área, tende ao apagamento das personalidades femininas que participaram e atuaram nesse processo.

Nas discussões amplamente divulgadas na literatura, são evidenciados os estudos sobre a recuperação da informação e as tecnologias da informação e comunicação, sem realce equivalente a outras problematizações importantes relacionadas à informação, cuja contribuição das mulheres foi historicamente fundamental, a exemplo daquela produzida por *Margaret Mann*, que discutiu a função social da biblioteca, ponderando sobre o caráter de fonte de informação do seu catálogo, defendendo que não se deveria tratá-lo como mero instrumento de busca e recuperação da informação, assinalando sua característica fulcral de comunicação com o público, por meio de uma linguagem própria para descrever o conjunto de informações disponíveis em determinado acervo.

O debate posto por *Mann* representou a busca pela superação da visão utilitarista da informação, intrínseca à ideia de recuperação veloz e eficaz. A mesma investiu na ampliação do entendimento da biblioteca como um espaço de cultura, defendendo que esse ambiente informacional representa muito mais do que um centro depositário da memória da humanidade e

de estoque dos conhecimentos registrados. Seu pensamento se voltava ao fortalecimento da biblioteca como um espaço social destinado ao pensamento, à criação, expressão e construção do conhecimento, ideia que se caracterizou como um contraponto à concepção que se instalava de associação da informação a uma perspectiva utilitarista.

Percebe-se que, implicitamente, *Mann* assinalou o caráter de dispositivo de mediação implícita (indireta) dos produtos de representação destinados ao acesso à informação, com função cooperativa aos atos de mediação explícita da informação. Esse pode ser considerado um passo em direção do reconhecimento de uma zona de interseção entre a mediação implícita (indireta) e a mediação explícita (direta) da informação. Essa perspectiva sustenta a sua concepção de que a biblioteca é um espaço de cultura e contribui para a demarcação de uma tendência que compreende e aborda os ambientes e agenciamentos relacionados à informação em uma perspectiva social. Nessa mesma direção, *Margaret Egan*, em parceria com *Jesse Shera*, formulou em 1952 a proposição de uma epistemologia social da área, exposta à comunidade no artigo intitulado *Foundations of a theory of Bibliography*.

No Brasil, essa trajetória seguiu o padrão internacional advindo da geopolítica constituída nas disputas por hegemonia entre as maiores potências econômicas do mundo e que deu capilaridade à ideologia capitalista e à visão utilitarista da informação. Tais condições foram determinantes tanto da localização social das mulheres brasileiras, quanto da institucionalização do campo da Ciência da Informação no País.

Durante os períodos colonial e imperial, a localização social das mulheres foi excessivamente reduzida no Brasil. E quando elas conquistaram algum acesso à educação, este foi mais estrito às mulheres brancas, reduzindo-se à educação feminina, cujo objetivo era de prepará-las para se tornarem esposas e mães.

Mais adiante, as escolas normais se caracterizaram como núcleos da formação profissional feminina. Eram formadoras de mulheres aptas à atuação no nível primário, hoje fundamental, da educação formal. Somente no final do Século XIX, mais precisamente em 1881, um decreto imperial passou a autorizar a matrícula de mulheres em cursos superiores. Ainda assim, como afirma Almeida (1998), essa conquista somente se tornou efetiva a partir da instauração da República em 1889.

A luta pelo direito de acesso à educação de nível superior se somou à luta pelo voto feminino, que foi travada pelas mulheres brasileiras ainda no período imperial, no âmbito da formulação da *Constituição de 1824*. Conforme Marques (2019), os debates no parlamento pelo direito ao voto feminino ocorreram no processo de formulação da *Carta Magna* outorgada por D. Pedro I. No entanto, a *Constituição de 1824* não representou um avanço, já que seguiu impedindo o voto feminino, mantendo a influência francesa, cuja legislação classificava as mulheres na categoria de “cidadãos passivos”. Se por um lado o texto constitucional brasileiro de 1824 não adotou formalmente essa categorização, por outro manteve as mulheres fora do rol dos cidadãos aptos à manifestação de suas opções e escolhas políticas por meio do exercício do voto. No texto constitucional de 1824 as mulheres brasileiras conquistaram reduzidos direitos civis, a exemplo do direito de herdar patrimônio. (Marques, 2019).

No processo constituinte de 1891, alguns parlamentares se posicionaram a favor da luta das mulheres pelo voto, contudo enfrentaram forte resistência por parte dos representantes das classes dominantes, em especial dos deputados de tendência liberal, o que segundo Marques (2019) resultou na manutenção da exclusão das mulheres do processo eleitoral no Brasil. O direito das mulheres de se manifestarem pelo voto no País só se concretizou na década de 1930, mais especificamente quando em 24 de fevereiro de 1932, passou a vigorar o Decreto-Lei do *Presidente Getúlio Vargas* que regulamentou o voto feminino.

Mesmo com a consolidação do direito ao voto na primeira metade do Século XX, ainda se considerava imprópria a participação das mulheres nas universidades e na ciência. Além disso, como assinalam Beltrão e Alves (2009 apud Gomes; Côrtes, 2020), poucas foram as mulheres brasileiras que tiveram oportunidade de acessar cursos superiores, já que este foi um direito acessado especialmente por mulheres brancas, com maiores oportunidades de se tornarem letradas.

De acordo com Chassot (2004), somente na segunda metade do Século XX teve início a participação feminina no mundo acadêmico e científico, motivada por políticas de indução da participação das mulheres, contudo priorizando o âmbito de profissões reservadas a elas pelo capitalismo.

Nesse contexto, nosso campo científico e profissional no Brasil contou com a atuação fundamental das bibliotecárias *Lenyra Fraccaroli* e *Denise Tavares*. Ambas idealizaram, criaram,

desenvolveram e fortaleceram as primeiras bibliotecas infantojuvenis do Brasil: a *Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato na Cidade de São Paulo*, que foi inaugurada em 1936 por meio do trabalho da *Lenyra Fraccaroli*, e a *Biblioteca Infantil Monteiro Lobato na Cidade de Salvador*, inaugurada em 1950 por *Denise Tavares*, como resultado de um primoroso trabalho especializado que também articulava ações de ordem política para o envolvimento da comunidade no fortalecimento da biblioteca pública destinada ao público infantojuvenil. (Freitas, 2001; Aragão; Freitas, 2008; Perez, 2021).

Ambas valorizaram a mediação da leitura e a biblioteca enquanto um dispositivo de mediação. Ainda que não tenham assim denominado essa ação e esse ambiente informacional, explicitaram claramente a compreensão quanto à responsabilidade de a biblioteca atuar em favor da leitura, realizando um trabalho potente voltado à construção de um processo de emancipação dos leitores desde a infância. Tanto *Lenyra Fraccaroli* quanto *Denise Tavares* entendiam que a mediação da leitura potencializava o desenvolvimento de sujeitos emancipados e atuantes na sociedade. Nesse sentido, pode-se entender que, implicitamente, as bibliotecárias *Lenyra Fraccaroli* e *Denise Tavares* trabalharam e contribuíram para a formação de protagonistas sociais no Brasil. Essas bibliotecárias marcaram a história das bibliotecas brasileiras e da mediação da leitura no País, apresentando o ambiente informacional biblioteca como um virtuoso dispositivo de mediação em favor da inclusão social.

No segundo governo de *Getúlio Vargas*, entre os anos de 1951 e 1954, o País experimentou um período de maior abertura democrática, marcado pelo estabelecimento e fortalecimento da soberania nacional. Nesse contexto, emerge na área da informação a bibliotecária *Lydia Sambaquy*, que atuou no *Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)*, dando grande visibilidade à biblioteca. Conforme Corrêa e Oliveira (2018), *Sambaquy* introduziu inovações importantes na representação da informação, apresentando proposições no âmbito da mediação implícita da informação, no que tange aos processos de catalogação e classificação e aos processos de gestão que envolvem a administração e organização de bibliotecas. Do mesmo modo, pode-se considerar que ela também desenvolveu contribuições no âmbito da mediação explícita, formulando inovações quanto aos serviços bibliográfico e de referência. O impacto das contribuições da

bibliotecária *Lydia Sambaquy* foi significativo e fortaleceu a concepção de uma nova Biblioteconomia brasileira.

Lydia Sambaquy estabeleceu uma importante parceria com *Jannice de Mello Monte-Mór*, outra bibliotecária que posteriormente viria a dirigir a *Biblioteca Nacional* e que, conforme Fujita (2015), colaborou significativamente com a produção da área sobre Documentação, processos de informatização no tratamento da informação, controle bibliográfico e cooperação bibliográfica. Nessa parceria, *Monte-Mór* e *Sambaquy* obtiveram apoio da *Unesco* e da *Fundação Getúlio Vargas* para, por um ano, percorrerem diferentes países. Assim puderam visitar as principais bibliotecas e centros de documentação, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos da América. Nesse empreendimento tomaram contato com o que havia de mais recente na área do tratamento bibliográfico. Os conhecimentos gerados nessas visitas foram decisivos para que, já em 1951, *Sambaquy* passasse a defender a catalogação cooperativa, tendo sido decisiva para a criação do *Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)* em 1954. Instituto vinculado ao *CNPq* que *Lydia Sambaquy* dirigiu por onze anos. (Corrêa; Oliveira, 2018).

Esses primeiros passos serviram para estabelecer, não ainda a Ciência da Informação brasileira, mas uma Biblioteconomia ressignificada e mais fortalecida em um contexto de crescimento das lutas por ampliação de direitos sociais, de políticas para o desenvolvimento científico e consolidação de campos profissionais. Esse período histórico, de acordo com Almeida (1998), desencadeou na década de 1960 o fortalecimento de movimentos de acesso à cidadania e por inclusão de diversos grupos sociais, inclusive de mulheres. Foi nesse contexto de lutas por mudanças que a categoria bibliotecária passou a se organizar pelo reconhecimento profissional, que foi estabelecido pela *Lei nº 4.084 de 1962*. Conquista que instituiu a regulamentação da profissão de bibliotecário/a e criação do *Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)* e o sistema por ele gerido de *Conselhos Regionais*, com a responsabilidade social de regular e fiscalizar o exercício da profissão. Nesse movimento se envolveram vários/as bibliotecários/as, tendo se destacado a bibliotecária *Laura Russo*, que atuou incisivamente nesse processo, tendo sido a primeira presidenta do *CFB*.

Como registra Castro (2000), *Laura Russo* também elaborou a proposta de criação da *Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)*, apresentando-a à comunidade

da área no *II Congresso de Biblioteconomia e Documentação*, realizado em 1959 na Cidade de Salvador, quando a proposta foi aprovada por concordância quanto a importância de uma entidade social capaz de agregar entidades representativas distribuídas pelo País, com o objetivo de desenvolver projetos de aperfeiçoamento e fortalecimento da profissão. Em associação a esta decisão, a comunidade presente também elegeu *Laura Russo* como primeira presidenta da *FEBAB*.

Vale assinalar que esse desenvolvimento da especialidade da Biblioteconomia no Brasil se deu em um contexto de grande movimentação social no País por conquistas de direitos e espaços de participação social, política, acadêmica e científica, movimentos nos quais a presença feminina foi relevante e marcante. Porém, como afirmam Melo e Rodrigues (2018, p. 44), “A participação feminina nas carreiras universitárias e científicas acentuou-se no país a partir dos anos 1970, depois que as mulheres venceram a luta para entrar no ensino superior.” Esse destaque das autoras permite assinalar com maior ênfase o valor das lutas e conquistas dessas mulheres da área em períodos que antecederam a década de 1970. Pode-se considerar que suas contribuições foram fundamentais para os avanços da área nos anos que seguiram.

O Século XX, em especial no período do pós *II Guerra Mundial*, foi marcado por diferentes fatos que propiciaram, tanto o avanço dos estudos e atividades relacionadas à informação quanto a inserção feminina no mercado de trabalho, o que foi fundamental para a ampliação do ingresso de mulheres nas universidades e o desenvolvimento das áreas de atuação relacionadas à informação.

Entre 1970 e 1995, em decorrência de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no Brasil, as mulheres conquistaram avanços fundamentais no que tange à participação no ensino superior, no mercado de trabalho e no espaço público. (Melo; Lastres, 2004).

Tais avanços também se interligam àqueles que ocorreram em nível mundial, período no qual se destacaram as contribuições de *Ingetraut Dahlberg*, profissional da informação formada em Filosofia e Documentação, que também atuou como bibliotecária e tomou como foco de estudo a formulação de proposições científicas na esfera da organização e representação da informação.

Na década de 1970 do Século XX, *Dahlberg*, tomando como referência a *Teoria da Classificação* de *Ranganathan*, formulou a *Teoria do Conceito* que, conforme Campos e

Guimarães, L. (2015), volta-se ao referente. Sua proposição científica apresenta orientações mais consistentes quanto ao estabelecimento das relações no interior dos tesouros, do ponto de vista das relações tanto hierárquicas quanto associativas, conformando a proposição de um método analítico-conceitual.

Nesse contexto de desenvolvimento do campo científico da Ciência da Informação, em 1970, *Célia Zaher* estabelece no Brasil um convênio entre o *IBBD* e a *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)* para implantação do primeiro *Curso de Mestrado em Ciência da Informação* no País e na América Latina. Como destaca Souza (2015), suas contribuições também foram de relevância na Bibliografia e Documentação, que foram fundamentais ao desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil e em instituições internacionais como a *Unesco*.

A atuação da *Célia Zaher* foi singular no âmbito do desenvolvimento científico no Brasil em razão da sua qualificação e experiência profissional, assim como na docência. Sua experiência e *expertise* levaram-na a colaborar com o *CNPq* desde a sua criação em 1951, o que foi fundamental para a criação do *IBBD* em 1954, o qual presidiu entre 1968 e 1972. Como assinala Souza (2015), ela foi a principal articuladora da criação do *IBBD* como instituição integrante do *CNPq* e parceiro do Estado brasileiro no que tange ao desenvolvimento da informação em ciência e tecnologia. Conforme essa autora (2015), o *IBBD* foi criado com a atribuição de assegurar relações com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, para promoção do intercâmbio da produção técnico-científica, colocando em evidência a importância da documentação científica para o desenvolvimento científico no Brasil e no mundo.

Além do grande feito da criação da primeira pós-graduação da área no País, *Célia Zaher* atuou como docente ministrando o *Curso de Documentação Científica*, tendo sido Presidenta da Fundação Biblioteca Nacional e dirigente da *Biblioteca Regional de Medicina (BIREME)*, instituição de excelência e relevância para a pesquisa e o desenvolvimento científico brasileiro e da América Latina. (Souza, 2015; Corrêa; Oliveira, 2018).

Na transição entre as décadas de 1950, 1960 e 1970 destacaram-se outras mulheres brasileiras da área, como as bibliotecárias *Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti*, *Neusa Dias de Macedo*, *Nice Menezes de Figueiredo* e *Hagar Espanha Gomes*, que produziram contribuições

científicas acerca de várias atividades informacionais que hoje categorizamos como de mediação indireta e direta de informação, fortalecendo a perspectiva inclusiva do usuário no espectro temático da área.

Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, bibliotecária graduada na *Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*, Curso no qual atuou como docente e gestora acadêmica, produziu contribuições importantes no que tange a representação temática e descritiva da informação, assim como a organização da informação e da biblioteca. Contribuiu, na década de 1960, com a criação do primeiro currículo mínimo dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil. Foi docente fundadora do *Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB)* e diretora do *Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados*, onde colocou em foco a importância do tratamento e organização das publicações oficiais. Foi também pioneira no Brasil em trabalhar com abordagens acerca dos tesouros e da indexação, tendo elaborado e publicado, em parceria com o *Prof. Murilo Bastos da Cunha*, o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. (Silva; Sabbag, 2015).

Neusa Dias de Macedo foi docente da *Escola de Comunicação e Artes (ECA)* da *Universidade de São Paulo (USP)* lecionando as disciplinas de Bibliografia Geral e Especializada, Orientação Bibliográfica e Referência, experiência que lhe conferiu condições de formular proposições para transformar as dificuldades e limitações dos estudantes de nível superior em desenvolver pesquisas na literatura científica dos seus campos do conhecimento, assim como de explorar seus conteúdos de modo a efetivamente ampliarem seus domínios de conhecimento.

Na consolidação da sua experiência de pesquisa e docência, agregadas à experiência profissional, *Neusa Dias de Macedo* marcou a produção científica da área sobre orientação bibliográfica, serviços de referência e de informação. Segundo Ferreira (2015, p. 131), na sua atuação profissional e docente cresceu, por um lado, a

[...] preocupação com o papel educacional da biblioteca e sua necessária interface com os usuários da informação de modo a fomentar a apropriação de conhecimentos; e de outro lado, a necessidade de formação de trabalho em equipe, integrado, visando o maior desenvolvimento da biblioteconomia, ao mesmo tempo que o amadurecimento e fortalecimento de massa crítica da classe.

Nessa perspectiva, *Neusa Dias de Macedo* realizou atividades junto ao movimento associativo no Brasil e no mundo. Atuou na Associação Paulista de Bibliotecários (APB), na FEBAB, assim como na *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), sempre com especial atenção à produção de materiais bibliográficos que pudessem contribuir com as reflexões e o desenvolvimento científico e profissional da área. Como destaca Ferreira (2015), foi a partir dessas atividades que ela produziu um legado na produção dos Boletins da APB e na edição da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, à qual presto grande contribuição nos períodos: de 1978 a 1980; de 1987 a 1989 e de 1999 a 2001. Motivada pelo objetivo de disseminar entre os/as profissionais brasileiros/as informações relevantes e referenciais para o campo, “[...] produziu várias traduções livres e comentadas de distintos documentos normativos da ALA, IFLA, UNESCO sobre diretrizes e caracterizações das bibliotecas públicas e escolares.” (Ferreira, 2015, p. 133).

Tomando como referência o Manifesto da Unesco/IFLA para Biblioteca Escolar, *Neusa Dias de Macedo* realizou a pesquisa que intitulou de Forum “A biblioteca escolar brasileira em debate”, cujos resultados foram divulgados no seu livro *Biblioteca Escolar Brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*, publicado pelo Senac em 2005.

Por sua vez, *Nice Menezes de Figueiredo* contribuiu como bibliotecária e docente, focalizando as temáticas ligadas aos estudos de usuários, serviço de referência e desenvolvimento de coleções, produzindo obras referenciais sobre elas, e, segundo Castro Filho (2015), foi a primeira doutora brasileira em Biblioteconomia, titulada em 1975 pela *Flórida State University*, experiência que lhe possibilitou o aprofundamento das reflexões acerca das relações entre questões sociais com o trabalho informacional, introduzindo *Jesse Shera* nos estudos brasileiros da área. Da mesma maneira,

[...] Nice Figueiredo trouxe aos bibliotecários brasileiros, por meio da literatura científica, estudos de pesquisadores internacionais como Bunge (1967), que foi um dos primeiros investigadores a fazer ‘uso das questões de referência como método científico’. Outros estudos apontados por Nice foram os de Crowley e Childers (1971), que pesquisaram o serviço de referência com problemas de qualidade na resolução de respostas de questões efetuadas por usuários. (Castro, 2015, p. 122).

Nice Menezes de Figueiredo atuou ainda como bibliotecária no Serviço Social da Indústria (SESI); na Biblioteca da Escola Politécnica da USP; na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP de Araraquara e na Fundação Biblioteca Nacional. Também foi pesquisadora e docente do IBICT, ministrando as disciplinas Serviço de Referência e Informação, Desenvolvimento e Avaliação de Coleções, Usuários da Informação, Gerência de Sistemas de Informação, Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo ainda contribuído para a criação do Mestrado em Biblioteconomia da UnB. (Castro, 2015).

No que diz respeito ao desenvolvimento de coleções, *Nice de Figueiredo* abordou os aspectos técnicos dessa atividade, procurando sempre apresentar como princípio as necessidades dos usuários.

Pode-se afirmar que tanto *Neusa Dias de Macedo* quanto *Nice de Figueiredo* firmaram contribuições que acentuaram a perspectiva educativa da biblioteca, acentuando a compreensão quanto à importância do usuário, trazendo-o para a centralidade da responsabilidade social da área.

Hagar Espanha Gomes, outra grande presença e inteligência feminina do campo da Ciência da Informação, foi docente, gestora, pesquisadora e fundadora do *Curso de Biblioteconomia e Documentação* da *Universidade Federal Fluminense (UFF)*. Desenvolveu e fortaleceu a docência, os estudos e a produção científica brasileira acerca da temática da organização e representação da informação, com grande experiência no ensino da disciplina de indexação. Mas, uma característica marcante do seu trabalho docente e de pesquisa consistiu em explorar e desvelar eixos de interseção entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Tornou-se uma das mais importantes referências brasileiras nos estudos da *Teoria da Classificação*; da terminologia, linguagens documentárias e recuperação da informação. Como afirmam Campos e Guimarães, L. (2015, p. 169),

a Profa Hagar inaugura no campo da Ciência da Informação no Brasil, fundamentalmente nas atividades relacionadas à Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, uma forma de trabalhar a modelagem de domínio que privilegia uma abordagem onomasiológica.

No que diz respeito à organização e representação da informação, a *Profa. Hagar Espanha Gomes* teve um relevante papel na introdução das contribuições de *Ranganathan* no Brasil, com

especial atenção para a sua *Teoria da Classificação*, sempre assinalando a importância do princípio da categorização.

Na década de 1990, *Hagar Espanha Gomes* coordenou trabalhos na *Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)* para a tradução e adaptação da *Norma Internacional de Terminologia*, atividade que fez avançar os estudos sobre organização do conhecimento, classificação e linguagens documentárias.

A partir da década de 1960, até meados da década de 1980, o Brasil passou a enfrentar o período sombrio de vigência da ditadura militar, no qual muitos/as pesquisadores/as e profissionais da informação lutaram e fortaleceram as abordagens sociais, sempre buscando relacioná-las à informação. Entre estes/as, várias foram as mulheres da área que seguiram trabalhando pelo campo e para representar muitas delas, destaca-se neste texto as professoras e pesquisadoras como *Leilah Santiago Bufrem*, *Nair Yumico Kobashi*, *Solange Puntel Mostafa*, *Johanna Wilhelmina Smit*, *Lena Vânia Ribeiro Pinheiro*, *Regina Maria Marteleto*, *Vera Dodebei*, *Regina Célia Baptista Belluzzo*, *Marta Lígia Pomim Valentim* e *Mariângela Spotti Lopes Fujita*, que atuaram e atuam na docência, na pesquisa e nas representações institucionais da área. Dentre tantas outras mulheres do campo, estas atuaram e seguem atuando, tanto no processo de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil, quanto no seu desenvolvimento científico, contribuindo com estudos, pesquisas e docência na área. Muitas outras seriam merecedoras de menções neste texto, mas em nome de todas elas, encerra-se esta seção com uma homenagem especial a *Profa. Dinah Aguiar Poblacion*, cuja contribuição profissional, docente e de pesquisa foi exemplar e irretocável. Uma mulher visionária da área, que foi capaz de aglutinar outros/as pesquisadores/as no empreendimento de fundação da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)*, da qual foi sua primeira Presidenta.

Muitas foram as lutas travadas e vencidas, muitas são as lutas ainda em curso, mas em todas elas a presença das mulheres na Ciência da Informação e nas áreas especializadas do trabalho com informação como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia, sempre foi e será fundamental.

Em síntese, tanto em nível internacional quanto no âmbito nacional, as mulheres da área seguem avançando e fazendo avançar o seu desenvolvimento científico e o trabalho informacional

nas diversas especialidades que integram o campo, a exemplo da experiência concebida por bibliotecárias de Nova Iorque, que têm realizado, conforme Hodge (2011 apud Passos; Blattmann, 2018), um trabalho inclusivo com seus usuários. Elas têm se juntado aos seus usuários na realização da *Marcha das Bibliotecárias Lésbicas*. Em 2017, com sua comunidade de usuários, essas bibliotecárias participaram da *Marcha LGBT de Nova Iorque*, posicionando a biblioteca como um espaço de acolhimento e pertencimento dos diferentes grupos sociais. O relato dessa experiência sinaliza para a importância do movimento contínuo do exercício da reflexão crítica em torno do contexto social no qual se pesquisa e trabalha com a informação, aceitando e enfrentando um processo contínuo de conscientização que enseje a tomada de posição capaz de sustentar novas proposições científicas e profissionais, sempre em favor do desenvolvimento do protagonismo social.

4 Lutas em curso e por vencer: desafios persistentes para as mulheres na sociedade e na Ciência da Informação

Apesar das conquistas alcançadas no Século XX, o número de mulheres que tem ocupado os níveis mais altos das carreiras acadêmicas ainda é inferior àquele ocupado por homens. Observa-se que as mulheres têm ampliado seus espaços no mundo acadêmico e científico, contudo permanecem sofrendo discriminação e cerceamentos, ainda que estes não sejam claramente anunciados.

Quando se analisa resultados de pesquisas sobre o tema ou até mesmo quando se consulta os portais institucionais, verifica-se a permanência de um quadro de desigualdade de oportunidades entre mulheres e homens nas carreiras acadêmicas e científicas. Segundo Gomes e Cortês (2020), na Academia Mundial de Ciência, na Academia Brasileira de Ciências, nas reitorias das universidades, na categoria de professores titulares, as mulheres seguem sendo minoria.

Por outro lado, no contexto da Ciência da Informação brasileira, constata-se um número importante de mulheres docentes que ocupam ou já ocuparam altos cargos na gestão acadêmica, a exemplo da *Profa. Dra. Nadina Moreno*, que foi *Reitora da Universidade Estadual de Londrina (UEL)* e atual *Reitora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR – Campus Londrina)*; da *Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira*, que foi *Vice-Reitora da*

Universidade Federal da Paraíba (UFPB); da Profa. Dra. Bruna Silva do Nascimento, atual Vice-Reitora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); da Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico, atual Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da UNIRIO; da Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita, que foi Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP - Campus Marília) e Pró-Reitora de Extensão Universitária da UNESP; da Profa. Dra. Martha Suzana Cabral Nunes, atual Diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Secretária de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Ainda no contexto brasileiro conta-se com um número significativo de professoras titulares nas universidades públicas, inclusive entre aquelas que passaram a integrar essa categoria docente por aprovação em concurso público de provas e títulos. Dentre as várias professoras titulares da Ciência da Informação brasileira, homenageia-se neste texto todas elas em nome da *Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, Professora Titular* concursada da *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*, uma mulher preta que rompeu barreiras e fez o enfrentamento necessário ao racismo estrutural no Brasil, com a excelência da sua carreira docente, de pesquisa e produção científica. E, manifestando desculpas aos leitores, pede-se licença para incluir ainda entre essas mulheres construtivas esta autora, *Henriette Ferreira Gomes*, por também ser *Professora Titular* concursada da *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, tendo sido *Presidente da ANCIB* no biênio 2016-2018 e, desde 2021, também é *Acadêmica Titular* da *Academia de Ciências da Bahia (ACB)*, que a selecionou em rigoroso processo de composição do seu corpo de pesquisadores/as.

Esse dado da realidade acadêmica da área no Brasil permite a inferência de que esse patamar reflete a forte presença feminina no estabelecimento das especialidades científicas que trabalham com informação e que atuaram no processo de institucionalização do campo da Ciência da Informação no Brasil.

Essas conquistas da área no Brasil tornam-se um convite, ou uma provocação a investigações futuras que possam confirmar essa percepção da realidade que nos leva a inferir sobre a significativa atuação das mulheres na Ciência da Informação brasileira. Faz-se necessária a expansão de pesquisas a partir das quais se possa analisar o quadro nacional e internacional,

gerando-se registros na literatura acerca da participação relevante das mulheres na Ciência da Informação, trazendo à luz evidências científicas quanto a real localização social dos quadros femininos, rompendo com o *habitus* de situar seu lugar como coadjuvante, demonstrando os avanços das lutas e conquistas de ampliação dos seus espaços de atuação e representação no campo.

Essas ressalvas justificam-se em razão de que, apesar da forte presença feminina na construção da Ciência da Informação, observa-se que ainda são poucos e pontuais os registros dessa presença na história oficial do campo, particularmente quando se compara àqueles existentes em relação às contribuições dos homens. Não se trata de negar as contribuições dos quadros masculinos, mas sim de não permitir mais o “apagamento” dos feitos das mulheres na área. Na literatura é visível a ênfase aos nomes masculinos que a protagonizaram, com poucas e diminutas menções às contribuições das mulheres, embora sejam muitas as personalidades femininas que atuaram no estabelecimento e desenvolvimento deste campo científico, o que impôs as escolhas feitas neste breve texto.

De outro lado, deve-se ressaltar a existência de pesquisadoras que já tomaram para si esse desafio. Algumas delas, além da militância acadêmica e científica no campo para a geração de novos conhecimentos, passaram a pautar o tema e abraçaram investigações sobre as questões de gênero na perspectiva da Ciência da Informação. Portanto, está em curso um fazer científico problematizador em torno da temática sob o enfoque da informação e uma colaboração para o imprescindível resgate da história das mulheres na área.

Desde a década de 1990, encontramos trabalhos na área, realizados por mulheres, que tratam da questão de gênero sob diferentes enfoques e que conseguem colocar em pauta essas problemáticas. Entre essas pesquisadoras da Ciência da Informação, merece menção a *Profa. Mirian Aquino*, que realizou vários estudos sobre gênero e raça na área, entre os quais estão os resultados publicados por ela em 2015, demonstrando a presença reduzida de professoras negras no ensino superior do campo no País, não obstante parte importante das mulheres tenha rompido as barreiras macroestruturais, se estabelecendo nos diversos domínios acadêmicos, integrando o corpo docente de universidades, criando grupos de pesquisa, contemplando novas temáticas de

estudo e inovando na formulação de novas camadas de investigação e de metodologias alternativas.

Na mesma perspectiva de *Mirian Aquino*, outras pesquisadoras têm realizado estudos sobre as interfaces entre as questões de gênero e o fenômeno informacional. Dentre elas destacam-se *Maria Mary Ferreira; Patrícia Espírito Santo; Giulia Crippa; Gilda Olinto; Jacqueline Leta; Gisele Rocha Côrtes; Leyde Klebia Silva; Mariana Xavier; Nair Yumico Kobashi e Ana Lúcia Tavares Oliveira*.

Entre as várias pesquisas realizadas, cujos resultados tratam diretamente da presença feminina na pesquisa da área ou que ao abordar a comunidade e produção científica da área acabam revelando essa presença, destaca-se aquelas produzidas por Santos Neto (2019), Passos e Blattmann (2018), Luciano, Cortês, Cardone, Cardoso e Martins (2022) e Carla Viola (2023). Esses resultados demonstram, explícita ou implicitamente, a presença feminina no alargamento do escopo temático da Ciência da Informação, em uma tendência para abordagens inclusivas que questionam:

- a. as concepções de neutralidade da informação e do trabalho com ela;
- b. a manipulação da informação como elemento de poder;
- c. a mediação da informação e mediação da leitura;
- d. a competência crítica em informação;
- e. bibliotecas escolares, públicas e prisionais como ambientes de mediação da informação;
- f. formação acadêmica das profissionais da área;
- g. mulheres na literatura da área;
- h. sociologia da informação étnico-racial;
- i. desigualdades no mercado de trabalho;
- j. o trabalho em bibliotecas como espaços de sociabilidades.

No âmbito brasileiro, vem crescendo as pesquisas sobre as questões de gênero relacionadas à informação, o que se evidencia nos trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB's). Os resultados das pesquisas realizadas pelos membros do *Grupo de Pesquisa GeMinas*, sob a coordenação da *Profa. Gisele Cortês*, mostram que até 2021 os estudos que abordam essas questões foram majoritariamente apresentados no *GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação* da *ANCIB*. Conforme Gomes e Côtês (2021, p. 167), os/as pesquisadores/as da mediação da informação assumiram a intencionalidade de entrecruzar em seus estudos

[...] as questões e os estudos de gênero e de raça que problematizam as informações históricas, ressignificam nossa compreensão quanto aos entraves criados nas estruturas e nas superestruturas sociais da construção do processo libertador que respeita, inclui e assegura o espaço de voz, da ação e da criação para todos os sujeitos sociais.

Esse entrecruzamento foi e tem sido fundamental para o desenvolvimento da mediação consciente da informação, a única capaz de promover o encontro problematizador com a informação.

Até a criação do *GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades*, historicamente o *GT3* se constituiu em uma espécie de congregação de pesquisadores/as que buscaram fazer avançar o enfoque da informação como um fenômeno social. Entre os estudos realizados observa-se que aqueles realizados por mulheres do campo têm interferido nas concepções de informação como elemento central no processo de inclusão social, produzindo camadas de conhecimento fulcrais ao projeto de humanização do mundo.

Por fim, na caminhada de expansão e valorização das contribuições das mulheres na Ciência da Informação brasileira, também merece destaque as pesquisas, as produções e o trabalho editorial que tem sido realizado pelas jovens pesquisadoras *Franciéle Carneiro Garcês da Silva* e *Nathália Lima Romeiro*. Ambas pesquisam e produzem sobre a temática, mas, particularmente, foram e são intervenientes a partir do empreendimento do *Selo Nyota*, que tem sido relevante para a visibilidade das pesquisas e produções científicas das mulheres no nosso campo científico. Essas duas pesquisadoras, além de integrarem o *corpus* de pesquisa da área, têm colaborado com os avanços das reflexões e proposições acerca da participação feminina na Ciência da Informação.

Estas têm buscado estimular a expansão dos estudos e das publicações sobre temáticas mais inclusivas, enfatizando a necessidade de um olhar sobre a interseccionalidade, para afirmação de uma perspectiva que considera a complexidade dos fenômenos sociais, resistindo ao apagamento e às abordagens isoladas e reducionistas de dimensões identitárias como o etarismo, o gênero, a etnia entre outras, que desconsideram as interações entre esses fenômenos e o impacto social delas.

Desse modo, *Franciéle Carneiro Garcês da Silva* e *Nathália Lima Romeiro* têm colocado em evidência dimensões sociais que interferem, em interação complexa, nas instituições, nas sociabilidades e constituição dos sujeitos sociais, anunciando suas próprias perspectivas de estudo, que focalizam mais intensamente o feminismo e a luta antiracista. Enfim, *Franciéle* e *Nathália* são aqui citadas em representação a várias outras jovens mulheres que têm assinalado a força e a tomada de posição política de uma nova geração de pesquisadoras do campo da Ciência da Informação.

5 Considerações finais

A promoção do debate sobre o papel e a localização social das mulheres na sociedade e na constituição, institucionalização, crescimento e fortalecimento da Ciência da Informação é uma tarefa científica e social de grande importância, para que se faça justiça às mulheres da área, mas também para contribuir socialmente com o cessar do processo de enquistamento de uma perspectiva ideológica que nega o direito da mulher de estar onde ela quiser estar, assim como se possa cessar a encrustação de uma concepção que entende como secunda a colaboração da mulher na sociedade, com a intencionalidade de manter o patriarcado, o sexismo e o racismo na regência da estrutura mantenedora do sistema político que impede a verdadeira justiça social.

Esta é uma questão urgente do trabalho investigativo, para que a realidade seja desvelada e analisada criticamente, evidenciando a contribuição das mulheres na contracorrente que insiste em colocá-las em condição de subalternização. Quando a potência feminina é revelada, compreendida e reconhecida, de algum modo se reforçam outras lutas contra a exclusão social, o que colabora para a construção da inflexão necessária ao processo de humanização do mundo.

Por séculos as mulheres resistem e insistem em lutas pelo respeito a sua condição de sujeito de direitos. Suas vitórias marcaram os avanços sociais, assim como foram reveladoras das barreiras edificadas no processo contencioso estabelecido pelo sistema político vigente no enfrentamento aos movimentos revolucionários de diversas camadas e esferas sociais.

A tomada de posição, a reflexão e atuação crítica dessas mulheres protagonistas que, conscientemente, desafiaram os limites e os antagonismos impostos pela estrutura machista, racista e classista da sociedade capitalista, pavimentaram e seguem sustentando a ampliação dos caminhos geradores de mudanças substantivas em todos os setores da vida em sociedade.

Em colaboração com o debate proporcionado pelo *VI Fórum de Discentes e Egressos do PPGCI (FDECIN)*, a produção deste texto buscou compartilhar o nosso diálogo, que colocou em pauta aspectos marcantes das lutas históricas das mulheres, destacando algumas contribuições importantes de mulheres referenciais da Ciência da Informação, colocando em relevo alguns exemplos que, de algum modo, representam as experiências, os estudos e as transformações fecundadas por elas no nosso campo científico, assinalando ainda os desafios que seguem postos na sociedade contemporânea.

As experiências das mulheres nas esferas profissionais, assim como suas pesquisas e abordagens teóricas, históricas e contemporâneas, marcaram e marcam o desenvolvimento de instrumentos, processos e produtos informacionais, a constituição e a gestão de ambientes informacionais, demarcando-os como espaços de sociabilidades. Os impactos dessa atuação têm sido de relevância e de abertura para consolidação do campo científico da Ciência da Informação e das especialidades que atuam diretamente no trabalho com o fenômeno informacional.

Em todas as partes do mundo, as mulheres têm protagonizado lutas pela inclusão e justiça social, assim como protagonizam avanços políticos e científicos importantes. Dentre elas estão situadas as mulheres que fizeram e fazem acontecer o crescimento e o fortalecimento do campo da Ciência da Informação. Essas mulheres contribuíram e contribuem para colocar em cena novas vozes coletivas, para impulsionar processos de transformação social, abrindo espaços a partir dos quais outras mulheres possam potencializar o empoderamento que as firmam e fortalecem na busca de uma sociedade mais justa, humana e alteritária, onde a informação e a sua mediação cumprem um papel fundamental à inclusão das maiorias subalternizadas.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. A presença das mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 10, n. 2, p.555-576, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7025>. Acesso em: 15 set. 2022.
- ARAGÃO, Esmeralda Maria de; FREITAS, Joseania Miranda. *Denise Tavares: traços biográficos*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, abr. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2022.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>. Acesso em: 15 set. 2022.
- CASTRO, César. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Nice Menezes de Figueiredo. In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. (Orgs.). *Pensadores brasileiros da ciência da informação e biblioteconomia*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p. 119-128. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/253>. Acesso em: 10 set. 2022.
- CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? É, sim senhora!... *Revista Contexto & Educação*, v. 19, n. 71-72, p. 9-28, maio 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1130>. Acesso em: 15 set. 2022.
- CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; OLIVEIRA, Ana Cláudia D. C. de. Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: as origens da CI brasileira. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Orgs.). *O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: ACB, 2018. Disponível em: https://www.nyota.com.br/files/ugd/c3c80a_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.
-
- GOMES, Henriette Ferreira. A Mulher na Sociedade e na Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol.17, publicação contínua, 2023, e023043. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023043.

- DUARTE, Constância. O feminino fragmentado. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31 – 37, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19182>. Acesso em: 10 set. 2022.
- FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Neusa Dias de Macedo em três perspectivas: profissional, acadêmica e pessoal. In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. (Orgs.). *Pensadores brasileiros da ciência da informação e biblioteconomia*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p. 129-148. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/253>. Acesso em: 10 set. 2022.
- FREITAS, Joseania Miranda. *A história da biblioteca Infantil Monteiro Lobato: entrelaçamento de personagens e Instituição*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 2001. 269 f. il. Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Dias Tavares e Co-orientador: Prof. Dr. Carles Alsinet Mora. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33163>. Acesso em: 9 fev. 2022.
- FUJITA, Mariângela Spotti. O controle bibliográfico nacional nas ações de Jannice de Mello Monte-Mór. In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. (Orgs.). *Pensadores brasileiros da ciência da informação e biblioteconomia*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p. 95-118. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/253>. Acesso em: 10 set. 2022.
- GOMES, Henriette Ferreira. Dimensão Ética da Mediação da Informação: eixo articulador das demais dimensões e o desafio do intelectual orgânico em favor do protagonismo social. *International Review of Information Ethics*, v. 30, p. 1-14, 2021b. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/393/425>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- GOMES, Henriette Ferreira. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da Ciência da Informação. *Informação & Informação (Online)*, Londrina, v. 26, n. 4, p. 109-145, 2021a. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44557>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. In: SILVA, Franciéle C. Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Orgs.). *O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação*. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019a, v. 1, p. 187-206. Disponível em <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2019110006.pdf> Acesso em: 5 out. 2023.

- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação como contributo da Ciência da Informação ao desenvolvimento do protagonismo social. In: Luciana de Albuquerque Moreira; Jacqueline Aparecida de Souza; Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus. (Orgs.). *Informação na sociedade contemporânea*. Florianópolis: Rocha; Selo Nyota, 2020b, v. 1, p. 195-212. Disponível em: https://www.nyota.com.br/files/ugd/c3c80a_e883e55c26c84b6ba033613c0cde1161.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação frente à racionalidade neoliberal: fundamento voltado ao protagonismo social. In: Regina Marteleto; Gustavo Saldanha. (Orgs.). *A mediação dos saberes em perspectiva: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI*, 5., Rio de Janeiro: IBICT, 2022a, v. 1, p. 113-126. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1231/1/MarteletoSaldanha_ColoquioMussi.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação, perspectiva dos comuns e protagonismo social: organicidades para inclusão, igualdade e equidade social. *Revista EDICIC*, v. 2, p. 1-14, 2022b. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/download/186/113>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida activa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33742/1/informacao-e-protagonismo-social-RI.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade (UFPB. Online)*, João Pessoa, v. 30, p. 1-23, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047/32516>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo e competências em informação: conferência de encerramento do V COINFO. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1-18, 2021c. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1619>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. *LOGEION: FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO*, [Rio de Janeiro], v. 5, p. 10-21, 2019b.

- GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. In: ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá; CÔRTEZ, Gisele Rocha; MELO, Daniella Alves de (Orgs.). *Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 122-201. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/769/863/6761-1?inline=1>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- HODGE, Jarrah E. *Revenge of the feminerd: libraries, librarians, censorship, and equality*. 2011. Disponível em: <https://www.bitchmedia.org/post/revenge-of-the-feminerd-libraries-librarians-censorship-and-equality>. Acesso em: 05 out. 2023.
- LUCIANO, Maria C. F.; CÔRTEZ, G. R.; CARDONE, Rebeca K. M.; CARDOSO, Vanessa N.; MARTINS, G. K. Mediação consciente da informação no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: o uso dos termos 'mulheres', 'gênero' e 'feminismo' nas pesquisas publicadas no período de 1994 a 2019. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)*, São Paulo, v. 18, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1837/1394>. Acesso em: 10 set. 2022.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.
- MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista Gênero*, [Niterói], v. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31033/18122>. Acesso em: 10 set. 2022.
- MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia. Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 41-47, jul. 2018. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2022.
- PASSOS, Mariana Faustino dos; BLATTMANN, Ursula. Pesquisadoras de gênero na Ciência da Informação. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (Orgs.). *O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: ACB, 2018. Disponível em: https://www.nyota.com.br/files/ugd/c3c80a_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

- PEREZ, Fernanda Passamai. *Biblioteca e educação cultural: o projeto pioneiro da Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. 148 f. il. Orientadora: Profa. Dra. Ivete Pieruccini. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07042022-115018/publico/FernandadeLimaPassamaiPerezOriginal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.
- PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33742/1/informacao-e-protagonismo-social-RI.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v.16. p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 2 set. 2022.
- SANTOS NETO, João Arlindo. *O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da construção e desenvolvimento dos conceitos*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. 460 f. il. Orientador: Prof. dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_netto_ja_do_mar.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020.
- SILVA, Márcia Regina da; SABBAG, Deise Maria Antonio. Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti. In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. (Orgs.). *Pensadores brasileiros da ciência da informação e biblioteconomia*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p. 49-70. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/253>. Acesso em: 10 set. 2022.
- SOUZA, Rosali Fernandez de. Célia Ribeiro Zaher: personalidade da área de informação no Brasil e no exterior. In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. (Orgs.). *Pensadores brasileiros da ciência da informação e biblioteconomia*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015. p. 71-94. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/253/923/7673-1?inline=1>. Acesso em: 10 set. 2022.

TOSI, Lúcia. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. *Cadernos Pagu*, v. 10, p. 369-397, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 10 set. 2023.

Copyright: © 2023 GOMES, Henriette Ferreira. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 22/02/2023

Accepted: 05/10/2023